



JESUÍTAS BRASIL

MARCO DE ORIENTAÇÃO

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

SEGUNDA EDIÇÃO ATUALIZADA

PROVÍNCIA DO BRASIL (BRA)
COMPANHIA DE JESUS
2021

SUMÁRIO

Palavra do Provincial	3
Prefácio da nova edição - O momento que vivemos.....	4
I. O Marco PJSA: Introdução	6
II. Novos interrogantes e novos apelos da Igreja	9
III. A Missão da Companhia de Jesus	10
IV. Pequena síntese do Apostolado Social no Brasil	11
V. Ecologia integral, Justiça Socioambiental e Orientações.....	14
• Dimensões ou vetores temáticos da Justiça Socioambiental	14
• Níveis ou “lugares estratégicos” de incidência	16
• Seis modos de proceder.....	17
VI. Trabalho em rede	19
VII. Agenda Estratégica	21
• As quatro Preferências Apostólicas Universais - PAUs	21
• Áreas transversais de incidência e parceria.....	23
VIII. Funcionamento da Rede de PJSA	30
• Centros sociais de assessoramento, pesquisa, formação e publicação	30
• Obras sociais de atenção, formação e promoção de públicos específicos	31
• Redes de atenção, formação e promoção de públicos específicos.....	31
• Centros, Núcleos, Institutos e Iniciativas de Justiça Socioambiental em outras frentes apostólicas	31
• OLMA articulador da Rede de PJSA	32
• Modalidades de ação	33
IX. Palavras finais: Um desafio conjuntural com legado estrutural	33
X. Referências	35

Companhia de Jesus - Província do Brasil (BRA)

Provincial: Pe. Mieczislaw Smyda

Sócio: Pe. Elcio José de Toledo

Administrador Provincial: Ir. Eudson Ramos

Secretária Executiva Cúria Provincial: Sra. Danielle Rebelo Rodrigues

Delegado para Preferência Apostólica Amazônia: Pe. David Hubald Romero

Delegado para Formação: Pe. Jair Barbosa Carneiro

Delegado para a Saúde e Bem-Estar: Pe. Alexandre Raimundo de Souza

Secretário para Colaboração, Fé e Espiritualidade: Pe. José Laércio de Lima

Secretário para Educação: Pe. Sérgio Eduardo Mariucci

Secretário para a Justiça Socioambiental: Pe. José Ivo Follmann

Secretário para Juventude e Vocações: Pe. Jean Fábio Santana

Secretário para Paróquias, Igrejas, Santuários e Capelarias: Pe. José dos Passos da Silva

Dezembro de 2021

Nova edição atualizada

PALAVRA DO PROVINCIAL

É com gratidão e alegria que torno pública a segunda edição atualizada do Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental em nossa Província.

A sua primeira edição foi em 2015 e trouxe frutos importantes para o fortalecimento dos trabalhos desta dimensão em nossas frentes apostólicas. A nova versão ampliada, além de estar enriquecida por uma síntese histórica da presença jesuíta no Apostolado Social no Brasil, atualiza significativamente o escopo conceitual, a partir da própria reflexão das equipes integrantes da Rede de Justiça Socioambiental, considerando neste sentido, sobretudo, as Preferências Apostólicas Universais e o novo Plano Apostólico da nossa Província.

A dimensão da Promoção da Justiça (social e ambiental) é parte essencial na Missão da Companhia de Jesus e teve importantes avanços nas últimas décadas em nível de Companhia Universal. Entre suas características, devemos destacar:

- Ela deve contribuir para a transformação das estruturas (Instrução sobre o Apostolado Social, 1949).
- É uma atividade de responsabilidade de todo Corpo Apostólico da Companhia (Congregação Geral 32).
- Deve estar orientada por uma concepção de Ecologia Integral e Teologia da Reconciliação (CG 34; 35; 36 e Orientações da Igreja, a partir do Papa Francisco).

Agradeço a todos e todas pelos esforços e avanços que foram conseguidos até o momento, tanto em termos de maior conhecimento e mapeamento de nossos limites e potencialidades, como, também, de melhores definições conceituais e, sobretudo, pelo excelente trabalho que vem sendo realizado para buscar uma grande articulação em rede.



Pe. Mieczyslaw Smyda, SJ

Provincial do Brasil

PREFÁCIO DA NOVA EDIÇÃO

O momento que vivemos

Vivemos tempos de degradação civilizacional na sociedade humana em geral e no Brasil em particular. O mais correto, talvez, seja dizer: “Vivemos uma crise civilizacional planetária”. Assertivas sobre este fenômeno que marca os nossos tempos, com uma humanidade doente em um planeta igualmente doente, não são novidade. Também são muitos os estudos e as manifestações de toda ordem que se debruçam sobre a temática dos sintomas crescentes e explícitos do estado de gravidade dessa doença global. Muitos elementos se conjugam para a análise desse diagnóstico, que, segundo estudiosos, intelectuais e lideranças importantes, revela uma situação quase terminal.

Os principais sintomas são: A humanidade perdeu o seu “bom senso humano”, envolvida em superficialidades e com os seus valores fundamentais abalados. Entre estes valores estão a própria vida e a dignidade. É escancarada a síndrome da prepotência arrogante e autossuficiente de alguns pequenos grupos, mascarada de forma vil diante de todos(as). Existem sinais claros do descaso, que em muitas situações políticas, econômicas e sociais não é só equivocado, mas descaradamente irresponsável, resultando em acúmulo desumano de concentração de riquezas e na exclusão e na morte das pessoas mais sofridas, que são pobres, descartadas do mundo e vulneráveis em sua dignidade. Em diversos lugares, também, tornaram-se assustadoras as manifestações de racismos, xenofobias e preconceitos discriminatórios.

A humanidade sofre, sobretudo, de um descuido clamoroso para com o cuidado da vida, em todos os sentidos, no que se refere à “mãe terra” e à “Casa comum”. É a degradação, beirando à depravação, que ameaça os esforços e as conquistas civilizacionais da humanidade, após muita construção coletiva, muita luta e muito sangue.

O que estamos vivendo hoje no Brasil, em particular, nos faz voltar, mais do que nunca, para a triste herança que pesa de uma sociedade patriarcal, machista, racista, elitista, paternalista, escravagista e excludente, que ainda não conseguiu

fazer as pazes consigo mesma e muito menos conseguiu amadurecer para um verdadeiro espírito republicano e uma prática da democracia.

Fruto de um processo longo de reflexões e interlocuções, o Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental (Marco PJSa) foi elaborado a partir de contribuições colhidas em diversas instâncias no período de constituição da Província do Brasil (BRA), da Companhia de Jesus. Desde lá, trata-se de um Marco em permanente construção coletiva. Em inícios de 2020 foi consenso que sua redação teria que ser atualizada, face às novidades conjunturais na sociedade e na Igreja e, sobretudo, face aos avanços nas reflexões internas da Rede de Promoção da Justiça Socioambiental e da Companhia de Jesus.

O momento em que esta nova versão foi produzida teve um desafio particular, pois se realizou no auge da pandemia da Covid-19, assustando o mundo todo e atingindo particularmente a sociedade brasileira em um contexto de total fragilização, debilidade estatal e desmandos da Ordem Pública. Essa pandemia colocou em debate muitas das certezas que orientam os avanços tecnológicos relativos ao atual processo de desenvolvimento econômico e social.

Diferentemente do que argumenta o senso comum, a pandemia da Covid-19 não foi democrática, não atingiu com a mesma gravidade os diferentes estratos populacionais, pois grandes contingentes populacionais vivem em uma total desproteção. É evidente que as populações indígenas, quilombolas, afrodescendentes, as que vivem nas periferias dos centros urbanos, as migrantes e refugiadas, entre outras historicamente colocadas em situação de vulnerabilidade foram especialmente afetadas de forma contundente e fatal.

A percepção geral deste contexto histórico e a leitura crítica do momento atual reforça o nosso compromisso com os segmentos e grupos pobres, descartados da sociedade e vulneráveis em sua dignidade e com a defesa da vida em todos os sentidos em nossa Casa Comum, fiéis à nossa Missão de Reconciliação e Promoção da Justiça Socioambiental. A presente versão de nosso Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental quer estar atenta a este momento particular vivido, sobretudo, ao longo da pandemia. Uma primeira versão em PDF foi divulgada em 2020. A editoração definitiva desta versão com novos ajustes e atualizações, em formato impresso e e-book, foi concluída em dezembro de 2021.

I. O MARCO PJSA: INTRODUÇÃO

1. O *“Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental da Província do Brasil, Companhia de Jesus”* (**Marco PJSA**) é um instrumento de trabalho que serve como iluminação e referência para as ações apostólicas da Província, no horizonte dessa dimensão de nossa Missão. Além de identificar o modo de proceder, como um todo, é o registro dos parâmetros contextuais e institucionais, dos princípios, diretrizes e processos, das áreas temáticas transversais, das modalidades de ação e indicação de aspectos funcionais básicos e dos diversos níveis de incidência, expressos na agenda estratégica.
2. O **Marco PJSA** tem como horizonte básico as orientações da Companhia de Jesus, explicitadas nos documentos oficiais da Ordem, a partir da sua história, das Congregações Gerais e das orientações dos Superiores Gerais. Ele assume, de forma especial, as Preferências Apostólicas Universais (PAUs) da Companhia (2019-2029) e se espelha nas orientações da Conferência dos Provinciais da América Latina e do Caribe (PAC-CPAL). Em total consonância com o Plano Apostólico da Província do Brasil (PA-BRA, 2021-2025) quer ser mais um apoio para o desenvolvimento estratégico deste mesmo Plano. É uma orientação que convida para uma profunda sinergia e consonância com a Missão da Igreja da América Latina e do Caribe expressa, de modo especial, no Documento do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em Aparecida (SP, 2007) e no Sínodo para a Amazônia (AS, 2019), seu documento final e na Exortação Apostólica *“Querida Amazônia”*, do Papa Francisco (QA, 2020), e, sobretudo, as orientações das últimas Congregações Gerais da Ordem e os documentos da Igreja que retratam o Ensino Social da Igreja, em seu estado atual. Está claramente alinhado com os esforços por promover a cultura da *Sinodalidade* na Igreja.
3. Desde meados do século XX, a história do Apostolado Social ou da Promoção da Justiça, na Companhia de Jesus, deu passos importantes, evoluindo de forma cumulativa em direção ao que hoje podemos considerar

como três características fundamentais: **a)** A nossa Ação social deve ser uma ação principalmente transformadora das estruturas injustas, como está explicitado na Instrução Apostólica sobre o Apostolado Social, do Pe. João Baptista Janssens (1949); **b)** A Promoção da justiça na Companhia de Jesus, não é tarefa reservada só para um grupo ou setor apostólico; ela é exigência do serviço da fé de todos os jesuítas e obras apostólicas da Companhia, como foi definido na Congregação Geral 32 (1974-75) com a liderança marcante do Pe. Pedro Arrupe; **c)** A Promoção da justiça só será efetivamente transformadora se a concebermos de uma forma integral, no horizonte do paradigma da Ecologia Integral e da Teologia da Reconciliação, como está fundamentado nas últimas Congregações Gerais (CG 34; CG 35; CG 36) e no Ensino Social da Igreja, sob a liderança do Papa Francisco, expresso oficialmente, entre outras manifestações escritas e faladas, na Orientação Pastoral *Evangelii Gaudium* e nas cartas Encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti* (EG, 2015; LS, 2015; FT, 2020)¹.

Três características da Ação Social ou Promoção da Justiça (Companhia de Jesus):

- (I) Visa a transformação das estruturas de injustiça na sociedade;
- (II) É de responsabilidade de toda a Companhia de Jesus (jesuítas e obras apostólicas);
- (III) Se orienta pelo paradigma de Ecologia Integral e Teologia da Reconciliação.

4. Entende-se por **Promoção da Justiça Socioambiental (PJSA)** todas as ações que têm como objetivo colaborar para a superação das injustiças presentes em nossa herança histórica e reproduzidas pelo atual modelo de desenvolvimento extrativista e financeiro, gerador de desigualdades sociais e de agressões ambientais inomináveis. A rigor, dentro da perspectiva da concepção de **Ecologia Integral** apoiada na Teologia da Reconciliação, que

¹ É importante termos presente os dez grandes desafios elencados pelo Superior Geral Arturo Sosa, SJ, em suas orientações durante a celebração dos 50 anos do Secretariado de Justiça Social e Ecologia (SJSE), Roma, 2019: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594097-superior-geral-da-companhia-de-jesus-aponta-dez-grandes-desafios-ao-celebrar-os-50-anos-do-secretariado-para-a-justica->

nos foi apresentada pelo Papa Francisco, existe uma sinalização implícita do conceito de **(in)justiça** envolvendo o nosso convívio na **Casa Comum**, em todas as esferas de relações, com o convite para um processo urgente e necessário de reconciliação e construção de **relações justas**. Trata-se basicamente de todas as relações que o ser humano empreende: as relações com Deus; as interpessoais, de geração, de gênero, étnico-raciais, religiosas, culturais, sociais, políticas, econômicas e, também, com os dons da natureza².

5. A Província dos Jesuítas do Brasil (BRA) é formada por presenças apostólicas da Companhia de Jesus em todas as regiões do Brasil, muito diversificadas em atividades e em públicos. Essas frentes apostólicas, de uma forma ou outra, estão amadurecendo relevantes trabalhos em rede. O **Marco PJSA** aqui apresentado dirige-se a todas essas presenças apostólicas e redes, de forma igual, com a pretensão de ser horizonte iluminador e de referência, como presença transversal. Trata-se, a rigor, de uma nova forma de conceber o Apostolado Social, expressando uma práxis transversal de promoção da Justiça Socioambiental (justiça social + justiça ambiental). Todos(as) que atuam em obras da Companhia de Jesus são chamados(as) a terem, em suas práticas, a marca da incidência estrutural transformadora, baseada na fé e na justiça.

6. A instituição da BRA, no final de 2014, foi uma grande oportunidade para que se inovasse em nossa dimensão da Justiça Socioambiental, com uma estrutura leve, ágil, eficiente e eficaz. Mais do que oportunidade, estamos diante de um desafio permanente, o qual, muito para além do contexto trágico que marca a humanidade em nossos dias, nos convoca para a superação dos vícios da “cultura institucional setORIZADA”, levando a sério a construção de uma cultura institucional relacional e transversal de trabalho cooperativo e em rede. Neste sentido, a criação do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), em 2016, e o impulso significativo

² O mais coerente e apropriado, no presente texto, seria empregar simplesmente o termo **justiça**, nesta perspectiva da **Ecologia Integral** e da Teologia da Reconciliação. No entanto, mesmo sabendo da redundância, entendemos oportuna a adjetivação **Socioambiental**, como lembrete permanente de que estamos falando da justiça repercutindo a concepção de **Ecologia Integral**. No adjetivo **Socioambiental** englobamos sempre, em sentido amplo, as diversas dimensões ou vetores temáticos do convívio do ser humano, na Casa Comum, abrangendo a justiça social e a justiça ambiental.

deste para a consolidação e a dinamização, em rede, da Promoção da Justiça Socioambiental na Província (PJSA), representam um direcionamento muito acertado, proporcionando estímulos e apoios às diversas obras apostólicas para a convergência entre elas, na articulação de ações conjuntas dentro dessa dimensão e futuramente, quem sabe, em uma perspectiva mais integral entre as diferentes redes que compõem nosso Corpo Apostólico.

II. NOVOS INTERROGANTES E NOVOS APELOS DA IGREJA

7. O Concílio Vaticano II na década de 1960 chamava a atenção para os “sinais dos tempos”. De fato, já naquele momento da história, uma transformação de dimensões de difícil avaliação estava ensaiando os seus primeiros movimentos. A nossa época não pode ser caracterizada, simplesmente, como uma época de mudanças. Trata-se de uma mudança de época. Devemos, agora, dizer: *“mudança de época tremendamente acelerada com a pandemia da Covid-19, na primeira metade de 2020”*. É uma mudança de época cheia de perplexidades, sobretudo quando prestamos atenção à multiplicação insana de guerras, fazendo a humanidade tremer frente a movimentos geopolíticos e geoestratégicos obscuros e ameaçadores.

8. O grande vazio de lideranças com posicionamentos éticos e fiéis à causa humana na condução da sociedade em muitas nações, nos chama a fazermos memória do legado que vem da própria Igreja do Brasil e da América Latina e do Caribe, por meio dos documentos da CNBB e do CELAM, da Teologia da Libertação, do Sínodo da Amazônia e, sobretudo, do testemunho de muitos homens e mulheres que deram o melhor de si, nas mais diferentes frentes, na busca de rumos novos da sociedade. Fazemos a memória especial daqueles e daquelas que, por fora e por dentro da Igreja, testemunharam a sua fidelidade à causa da justiça, com o derramamento de seu próprio sangue. Todos eles e todas elas nos interpelam frente à ausência

ou repercussão relativamente tímida de vozes vigorosas, que façam ressoar os grandes apelos éticos e a causa humana na sociedade.

9. Faz-se urgente um trabalho de empoderamento dos sujeitos no âmbito da incidência em todos os níveis, mediante uma educação popular consistente e inovadora junto às populações que sobrevivem à margem da sociedade, os afrodescendentes, os povos indígenas (originários), as mulheres em situação de subalternizadas, os migrantes e refugiados, entre outros. As iniciativas no âmbito da autogestão territorial, da educação das relações étnico-raciais, da educação popular e da economia solidária e todas as buscas de superação do modelo de sociedade, que nos marca negativamente, necessitam ser reforçadas e cultivadas com audácia e decisão, como nos conclama o próprio Papa Francisco. Junto com tudo isso, a urgência por um trabalho de redirecionamento das *relações do ser humano com os dons da natureza*, atentos ao bem comum em suas expressões mais vivas e problemáticas, e o aprofundamento enfático da ética do cuidado com a água e a terra, são apelos todo especiais.

III. A MISSÃO DA COMPANHIA DE JESUS

10. Em seu serviço ao Reino, por meio da Igreja, na sociedade do mundo de hoje, a Missão da Companhia de Jesus tem o seu foco central no *serviço da fé do qual a promoção da justiça se constitui como exigência absoluta* (CG 32, d.4, n.2; CG 34; CG 35; CG 36), consubstanciando-se, de modo especial, no *diálogo cultural* e no *diálogo inter-religioso* (CG 34, d.2, n.14-21; CG 35), *em uma postura de humildade e colaboração com os outros* (CG 36, d.2, n.6-9) e como *comunidade de permanente discernimento, planejamento e avaliação* (CG 36, d.1, n.7-16; d.2, n.4-5), na *reconciliação com Deus, com os outros em sociedade e com a criação, o meio ambiente e os dons da natureza* (CG 35, d.3, n. 19-36; CG 36, d.1, n.21-30) e na atenção às *novas fronteiras* para as quais a realidade complexa de nossos dias desafia constantemente (CG 35, d.1, n.15; CG 35, d.2, n.20-24).

IV. PEQUENA SÍNTESE DA HISTÓRIA DO APOSTOLADO SOCIAL NO BRASIL

- 11.** No Brasil, o Apostolado Social jesuíta esteve presente de múltiplas formas, ao longo de toda a história:
- a.** No período colonial, a presença jesuíta distinguiu-se no processo de construção da sociedade brasileira, passando pelos campos da educação, da cultura, da espiritualidade, da pastoral paroquial e da ação social. Foram marcantes as incidências na região costeira do Sudeste e Nordeste brasileiro. No século XVI, destacaram-se o Pe. Manoel da Nóbrega (1517-1570) e o Pe. José de Anchieta (1534-1597) e, depois, no século XVII, o Pe. Antônio Vieira (1608-1697).
 - b.** No mesmo período colonial, especificamente na região das missões do Sul, a partir da Província Paraguaia, tivemos a presença de diversos jesuítas com destaque apostólico e legado muito significativo de criatividade e busca de soluções técnicas, econômicas, políticas e culturais para as populações indígenas em condições adversas. São mais conhecidos os três mártires: Pe. Roque Gonzales (1576-1628), Pe. João de Castilho (1595-1628) e Pe. Afonso Rodriguez (1598-1628).
 - c.** Ainda no período colonial, na região Norte, além de alguns jesuítas que se aventuraram de forma pioneira pelo Amazonas, proporcionando legados importantes, inclusive para a cartografia, é necessário que mencionemos especialmente um jesuíta que foi heroico por sua corajosa oposição às políticas pombalinas e que morreu cruelmente martirizado após ter sido acusado por Pombal ao Santo Ofício. Trata-se do Pe. Gabriel Malagrida (1689-1761).
 - d.** Saltando para o século XX³, deve-se referir em um primeiro momento, contribuições muito relevantes de jesuítas, por um lado, pela criação do cooperativismo, por meio da ideia das cooperativas de crédito rural

3 No século XIX a atuação dos jesuítas no Brasil foi em grande parte prejudicada em decorrência da sua expulsão do país e a supressão temporária da Ordem. O retorno ao Brasil iniciou timidamente na década na segunda metade do século XIX, por meio do trabalho em Colégios.

- (Pe. Theodor Amstad, 1851-1938) e, por outro lado, pela introdução dos Círculos Operários, iniciando no Rio Grande do Sul (RS), por intermédio do Pe. Leopoldo Brentano (1884-1964), tendo depois também forte adesão no Rio de Janeiro (RJ), com o protagonismo do Pe. Pedro Belisário Velloso Rebelo (1902-1993) e, um pouco mais tarde, com atuação marcante do Pe. Urbano Rausch (1912-2004) em nível nacional, a partir de Brasília (DF).
- e. Destaque deve ser dado, também, ao pioneirismo de jesuítas que em diferentes épocas no Brasil buscaram caminhos de interlocução entre a qualificação profissional no processo educacional e o compromisso social. Lembramos de modo especial o Pe. Roberto Sabóia de Medeiros (1905-1955) cujo nome se perpetuou na Fundação Educacional Inaciana⁴ no contexto industrial da grande São Paulo.
- f. Durante a segunda metade do século XX, a partir do impulso da já mencionada Instrução Apostólica sobre o Apostolado Social (1949) deu-se importante estímulo à criação de Centros de Investigação e Ação Social (CIAS). Na década de 1960, foram criados três centros sociais importantes em três Províncias do Brasil: O Centro de Investigação e Ação Social João XXIII englobando, também, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (CIAS/IBRADES), Rio de Janeiro (1966-1968), o qual teve como destaque, em sua história, o Pe. Fernando Bastos de Ávila (1918-2010); O Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE), São Leopoldo (1970), que teve como referência principal em sua história o Pe. Pedro Calderan Beltrão (1923-1992); E o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em 1967, cujo protagonista jesuíta principal foi o Pe. Cláudio Perani (1932-2008)⁵. O CEAS, em diferença aos outros dois Centros, não sofreu nenhuma solução de continuidade, tendo celebrado o seu cinquentenário em 2017.
- g. Alguns testemunhos pessoais, entre muitos que deveriam ser referidos, que são emblemáticos: Ir. Luciano Brandão (1899-1982), um irmão das pessoas necessitadas de atenção à saúde, foi exemplo de dedicação à população

⁴ Fundação Educacional Inaciana "Pe. Sabóia de Medeiros" (FEI), inicialmente denominada: Fundação de Ciências Aplicadas (1945).

⁵ O Pe. Cláudio Perani teve também um protagonismo marcante na Amazônia, introduzindo toda uma nova metodologia de ser Igreja presente naquele contexto, destacando-se, sobretudo, o trabalho itinerante e a escuta. Talvez possamos dizer que foi um precursor iluminado dos sonhos expressos hoje na exortação apostólica "Querida Amazônia".

mais necessitada; Pe. Maurício Parant (1926-2005), um sacerdote dedicado a proporcionar apoio e defesa dos direitos das mulheres empregadas domésticas, mulheres marginalizadas e prostitutas, especialmente na cidade de Recife (PE); Pe. Pio Buck (1883-1972), um sacerdote cientista pesquisador e professor nas ciências naturais, com atividade assistencial fiel, nos finais de semana, junto à população dos presídios de Porto Alegre (RS); Ir. Vicente Cañas (1939-1987), um testemunho de inserção radical junto aos povos indígenas, morto violentamente em 1987; Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006), um servidor da Igreja, doutor e professor de Filosofia, marcante por sua vida atenta e dedicada aos pobres, por dentro das múltiplas funções que exerceu, em sua vida sacerdotal de jesuíta e no serviço episcopal; Pe. Hilário Henrique Dick (1937-2020), um sacerdote, doutor em Literatura, dedicado integralmente ao trabalho com a juventude em uma perspectiva de compromisso social e emancipatório; Pe. Haroldo J. Rahm (1919-2019), um sacerdote conhecido pelas iniciativas de alcance nacional na recuperação social de vítimas das drogas; Pe. Jose Ten Cate (1939-2002) e Pe. Albano Trinks (1933-1994), dois nomes de jesuítas que dedicaram muitas de suas forças na defesa dos direitos humanos.

- h.** Por fim, o modo de organização do Apostolado Social nas Províncias Jesuítas do Brasil, a partir da década de 1970, também deve ser registrado. É importante considerar o impacto da Congregação Geral 32 que certamente estimulou a atenção ao Apostolado Social e gerou a necessidade de organizar esta frente apostólica, em cada uma das Províncias do Brasil, chegando-se inclusive a uma coordenação nacional, por meio da Comissão Nacional do Apostolado Social (CNAS). Os rumos do Apostolado Social no Brasil sempre estiveram ancorados vigorosamente nos princípios, diretrizes e orientações da Missão da Companhia, como um todo, pautando particularmente a promoção da justiça, ou, como passamos a denominar a partir de 2015: Promoção da Justiça Socioambiental (PJSA).

V. ECOLOGIA INTEGRAL, JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E ORIENTAÇÕES

12. Nos dias de hoje, como já foi sinalizado, ao formular a sua atualização do Ensino Social da Igreja, especialmente nas Cartas Encíclicas *Laudato Si'* (LS) e *Fratelli Tutti* (FT), focando na importância de uma **Ecologia Integral** iluminada pela Teologia da Reconciliação, o Papa Francisco se inspira em São Francisco de Assis, o qual com certeza também se torna referência testemunhal para toda a nossa Promoção da Justiça Socioambiental. Segundo o Pontífice,, o Santo de Assis *"é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma **Ecologia Integral**, vivida com alegria e autenticidade"*. (LS,10) Ele foi *"um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenho na sociedade e a paz interior"* (LS,10). *"O seu testemunho mostra-nos, também, que uma **Ecologia Integral** requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exatas ou da biologia e nos põem em contato com a essência do ser humano"* (LS,11). *"Fratelli Tutti, escrevia São Francisco de Assis, dirigindo-se a seus irmãos e irmãs para lhes propor uma forma de vida com o sabor do Evangelho. Dos conselhos que ele oferecia, quero destacar o convite a um amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço; nele, declara feliz quem ama o outro, 'o seu irmão, tanto quando está longe, como quando está junto de si'. Com poucas e simples palavras, explicou o essencial de uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, independentemente da sua proximidade física, do ponto da terra em que cada um nasceu ou habita"* (FT, 01).

13. A **promoção da Justiça Socioambiental** que está implícita na concepção ampla de **Ecologia Integral** e amparada na Teologia da Reconciliação, exige de nós um esforço operacionalizador, para que tenhamos condições de inspirar e iluminar ações concretas. Neste sentido formulamos um conceito de Justiça Socioambiental operativo, definido nas três **dimensões do convívio** (ou seja: três vetores temáticos) que mais parecem dar abrangência ao convívio

em nossa grande *Casa comum*. No mesmo sentido sugerimos a importância de tomarmos consciência de diferentes **níveis de incidência**, ou seja, “lugares estratégicos” de incidência em nossa ação transformadora concreta.

a. Dimensões ou vetores temáticos da Justiça Socioambiental:

(Trata-se de ênfases que ajudam a delimitar coordenadas específicas inerentes às práticas da Justiça Socioambiental, cuja explicitação proporciona um conjunto operacional suficientemente completo destas práticas.)

i. O reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos

por dentro de suas raízes étnico-raciais, de crenças religiosas, das diferentes gerações, gênero, visões de mundo e opções, buscando sempre formas de estabelecer o diálogo, o valor da pluralidade, o acolhimento dos migrantes e refugiados e o cuidado dos vulneráveis em sua dignidade.

ii. A solidariedade com os pobres e descartados do mundo e a superação das desigualdades sociais, promovendo o acesso universal aos direitos básicos de trabalho, assistência social, previdência, saúde, moradia, educação, alimentação e identidade nacional. Vigilância e incidência para com **políticas públicas, vida política e transparência institucional**.

iii. O cuidado dos dons da criação: conservação, preservação e usos adequados dos dons naturais, em vista do **cuidado dos ecossistemas saudáveis e da vida** para o futuro do planeta Terra e de seus habitantes e atenção especial ao nosso modo de ser, viver e trabalhar e à diversidade da vida nos diferentes biomas de nosso território.

Justiça Socioambiental: três dimensões ou vetores temáticos (três cuidados)

(I) O cuidado pessoal e interpessoal;

(II) O cuidado da sociedade e suas políticas;

(III) O cuidado dos “dons da criação”, ou seja, bens da natureza.

b. Níveis ou “lugares estratégicos” de incidência:

(Trata-se de diferentes “lugares estratégicos” no exercício da incidência em cada uma das dimensões ou vetores temáticos da Justiça Socioambiental, considerando a relação complexa entre concreto e abstrato, entre empiria e teoria ou entre o mais restrito e o mais amplo.)

- i.** Em nível de **produção do conhecimento**, por meio do reconhecimento das diversas formas de saber e de percepção da vida e das coisas, para além dos simples conhecimentos disciplinados pelo mundo acadêmico, destaca-se a busca da superação da linha abissal que separa, por um lado, conhecimentos academicamente valorizados e, por outro lado, saberes excluídos do mundo racional-científico. Destaca-se a valorização da diversidade na percepção da realidade. Nos aspectos relacionados à Igreja, o convite é absorver com humildade os conhecimentos populares e tradicionais em nossas práticas religiosas, por meio da consolidação de uma “Igreja em Saída”. Em suma, é uma proposta de buscar valorizar uma “ecologia dos saberes”, de modo geral e, em particular, nas práticas de Igreja.
- ii.** No nível da **tomada de decisões na sociedade**, a postura de cultivo aberto e não excludente do conhecimento, respeitando o lugar de fala de cada um e de cada uma, imprimindo práticas cada vez mais democráticas é, sem dúvida, aporte fundamental para um maior acerto na gestão, dando conta de autêntica e ampla cultura de participação e de reconhecimento da dignidade dos sujeitos envolvidos nas decisões, na política, na economia e na organização social, cultural e institucional. Neste sentido, sugere-se caminhar para formas inovadoras de implementar e avaliar as políticas públicas, formas estas embasadas em indicadores mais sustentáveis e na busca de uma sociedade equitativa e justa, em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.
- iii.** Enfim, no nível das **práticas do cotidiano**, estamos no chão do cuidado por dentro das práticas pessoais e coletivas no dia a dia. É o campo do cotidiano, o campo da singeleza e simplicidade do dia a dia, do cuidado e da justiça, na vida como ela acontece. O espaço e o tempo de profundo sedimentar do cuidado da nossa *Casa Comum*,

no testemunho vivo do reconhecimento do outro dentro de suas especificidades culturais, religiosas, entre outras, por mais diferentes que possam ser frente as nossas. Aqui, sem dúvida, todos(as) somos chamados(as) a uma conversão Socioambiental radical e profunda em nossas práticas cotidianas, sejam elas pessoais ou institucionais.

Três níveis ou “lugares estratégicos” de incidência transformadora:

(I) Incidência no nível da produção e difusão do conhecimento;

(II) Incidência no nível atuação cidadã, dentro das instituições, movimentos e junto às forças de decisão;

(III) Incidência testemunhal por meio do jeito de ser e agir na vida do dia a dia.

c. Seis modos de proceder:

Os três níveis ou “lugares estratégicos” de incidência aqui referidos podem, ainda, ser reportados aos modos de proceder inerentes à ação apostólica da Companhia de Jesus, dos quais nos fala do Plano Apostólico. Destacamos seis modos de proceder, que podem transformar-se em instrumento pertinente de avaliação das nossas ações e assim, também, instrumento de avaliação da PJSA:

- I. Atenção à qualidade e à pertinência de nossas **presenças**;
- II. Atenção à qualidade e à pertinência de nosso serviço ao conhecimento (**ministério instruído**);
- III. Atenção à qualidade e à pertinência de nossas ações de **formação de lideranças**;
- IV. Atenção à qualidade e à pertinência da nossa **colaboração com os outros**;
- V. Atenção à qualidade e à pertinência da utilização que fazemos dos novos meios e **novas linguagens**;
- VI. Atenção à qualidade e à pertinência da **incidência econômica, política, social e cultural** de nossas ações.

14. São muitas as fontes culturais e religiosas nas quais podemos encontrar apoios radicais para o princípio amplo da **Ecologia Integral**. Assim como referimos permanente a Teologia da Reconciliação, dentro da tradição cristã, assim também poderíamos buscar apoios diversos a começar pelas culturas dos povos originários de nosso continente e do continente africano cujos legados ainda não foram suficientemente assimilados.
15. Em profunda consonância com toda a riqueza cultural e religiosa humana existente na humanidade e em sua história, o Papa Francisco chama a nossa atenção para a vivência verdadeira da espiritualidade cristã. O seu caráter essencialmente transformador é alcançado por diversos caminhos possíveis.
16. A boa prática da espiritualidade inaciana, na qual o Papa Francisco, sem dúvida, se apoia, é um desses caminhos. É um caminho marcado pelo cuidado dos outros e da vida. Trata-se de um apelo permanente a um estilo de vida pessoal e comunitário sóbrio e, o quanto possível, existencialmente próximo do cotidiano das pessoas pobres, descartadas do mundo e vulneráveis em sua dignidade, a quem queremos servir, de modo a visibilizar, antes mesmo das palavras que pronunciamos e das atividades por nós empreendidas, uma atitude de solidariedade afetiva e efetiva.
17. A “lógica do ser” é uma lógica não passível a mensurações objetivas. É por meio daquilo que vamos conseguindo *ser*, que emerge uma silenciosa linguagem crítico-profética, antecipadora da nova sociedade (a verdadeira sociedade sustentável), que queremos construir. Urge que o nosso próprio modo de viver, por si só, *diga isso* a nossos contemporâneos. É nesse horizonte do *ser* que se situa e se radica tudo o que podemos *fazer*.
18. As participações visíveis e testemunhadas, no dia a dia, em múltiplos processos sociais, colaborando com atores de ideologias, culturas e opções religiosas diversas e as presenças observadas na elaboração e implementação de políticas públicas promotoras da vida e da humanização, nos fazem acreditar na disposição e na capacidade das pessoas para contribuir

na superação das limitações estruturais que lhes foram impostas. As pessoas são capazes de se doarem com o seu tempo, a sua criatividade e as habilidades adquiridas, na busca coletiva de saídas viáveis para refazer a vida em sociedade. Isto envolve a construção de condições melhores de exercício da cidadania e de transformação em todos os âmbitos do convívio na Casa Comum.

- 19.** Faz-se necessário um conjunto de processos pedagógicos que favoreçam a formação de pessoas conscientes de sua condição social e histórica:
- Que saibam identificar o Mestre em meio às situações de morte (Mt 25, 31-46) e que sejam capazes de se indignar;
 - Que sejam capazes de se abrirem aos outros e de lutar em favor da justiça e da defesa dos direitos humanos fundamentais dos mais pobres, descartados do mundo e vulneráveis em sua dignidade, dentro da sociedade;
 - E que, sobretudo, busquem analisar as causas profundas da exclusão, da destruição dos dons da natureza, dispondo-se a enfrentar, de forma criativa e inovadora, as forças que subjagam a vida.

VI. TRABALHO EM REDE

20. Para sermos fiéis à Missão, somos estimulados e, mesmo, exigidos a desenvolvermos as nossas ações em colaboração com os outros, cultivando, em nós, sobretudo, formas novas de trabalhar em rede. A cultura de rede envolve a decisão explícita de que não precisamos ser sempre os “donos”, protagonistas principais, como foi até hoje a tendência em nossos trabalhos, muitas vezes demasiadamente voltados para um certo “caráter jesuítico”. A cultura de rede, ao mesmo tempo em que passa a ser requisito chave de potencialização de nossas ações, é, também, oportunidade importante para estarmos atentos às potencialidades dos outros. Neste sentido, quatro fundamentos ou convicções gerais nos movem ao delinear este Marco PJA: - A cultura de rede, ancorada no aprender a trabalhar em rede “em nossa

própria casa”; - A rede como partilha de responsabilidades e complementação multiplicadora; - A rede como potencialização das atividades singulares em um projeto comum partilhado; - A rede enquanto um movimento consciente de seus integrantes em direção à cooperação proativa.

- a. Muito se fala, hoje em dia, sobre *trabalhar em rede*, em nível latino-americano e em nível internacional. Isto pode tornar-se, no entanto, um discurso vazio e inconsequente, se em nossas práticas, em geral, e, no caso específico, nas ações de PJSA, continuarmos marcados pela dispersão de esforços. Em muitas situações, somos falhos na base (na raiz), pois trabalhar em rede em nível regional, provincial, ou seja, “em nossa própria casa”, segue sendo um grande desafio. Neste caso, em nosso contexto institucional, os Núcleos Apostólicos apresentam-se com potencial estratégico, abarcando obras com diferentes características e inserções dentro de um mesmo território. Por isso vê-se como muito promissora a orientação a partir de Plano Apostólico da Província, de promover a participação proativa dos Núcleos Apostólicos no Planejamento Estratégico.
- b. A rede existe para que responsabilidades possam ser repartidas, uma vez que nem todas as instituições, integrantes dela, necessitam estar empenhadas em todas as temáticas da agenda estratégica da rede. Os recursos cognitivos, que cada organização possui, colocam-se, assim, em uma sinergia multiplicadora. Os processos cognitivos vividos em rede podem gerar iniciativas muito para além da simples soma das contribuições singulares. Neste sentido, é também promissora a orientação a partir do Plano Apostólico da Província, de provocar o Planejamento Estratégico em nível de Redes Apostólicas.
- c. Além desta complementação conjunta, a rede, enquanto tal, permite a possibilidade de estruturar o não estruturado. Possibilita colocar em interação potencialidades que se encontram desconectadas e/ou adormecidas, mas estão presentes em cada “elo” (conexão). A integralidade está presente no conjunto das organizações e pessoas que constituem a rede, quando as potencialidades diversas são partilhadas e se somam em sinergia dentro de um marco de orientação comum.

d. É importante que se tenha claro que a rede não se constitui de forma passiva, involuntária ou natural. Para que isto aconteça é necessário um movimento consciente de seus integrantes em direção à cooperação proativa, com uma inclinação franca a compartilhar, a comunicar e a dialogar, cultivando sinergia permanente.

21. A cultura de rede exige estar muito atento ao que vem sendo realizado pelos outros para não desperdiçar energias em ações inconsequentes e replicadoras, duplicando esforços. A cultura de rede nos faz fortes na incidência dentro da PJSA, em todas as dimensões ou vetores temáticos e em todos os níveis ou “lugares estratégicos”. Faz parte da cultura de rede colocarmo-nos em cooperação ativa com as outras organizações, movimentos ou mesmo os órgãos do Estado. Somos especialmente chamados a construir pontes e redes dentro de nosso próprio corpo apostólico, criando espaços de intercomunicação e colaboração entre nossos diferentes serviços, programas, frentes apostólicas e obras. O fortalecimento interno entre as obras que constituem a Rede de PJSA da Província não pode estar centrado exclusivamente sobre si, mas deve revigorar-se em permanentes interlocuções com instituições afins que partilham conosco a luta pela Justiça Socioambiental.

VII. AGENDA ESTRATÉGICA

22. O **Marco PJSA** propõe uma **Agenda Estratégica**, tendo como diretrizes de base as **Preferências Apostólicas Universais da Companhia de Jesus (2019-2029)** e buscando formas de atualização e dinamização das **diversas áreas transversais de incidência e parceria**.

• **As quatro Preferências Apostólicas Universais da Companhia de Jesus (2019-2029) são:**

a. *Mostrar o caminho para Deus por meio dos Exercícios Espirituais e do discernimento.*

- b. *Caminhar junto aos pobres, aos descartados do mundo, aos vulneráveis em sua dignidade, dentro de uma missão de reconciliação e justiça.*
- c. *Acompanhar os jovens na criação de um futuro de esperança.*
- d. *Colaborar no cuidado da Casa Comum.*

- **Estas quatro preferências apostólicas universais, são as grandes diretrizes para o desenvolvimento integrado (atualização e dinamização) das diversas áreas transversais de incidência e parceria, que compõe o nosso Marco PJSA.**

23. EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS E DISCERNIMENTO: Os Exercícios Espirituais, ao nos propiciar a oportunidade de imergirmos na “dimensão de profundidade” de nossa existência e nos mistérios da vida de Jesus, não podem se tornar um mero recurso psicológico ou instrumental em nosso apostolado, mas, ao contrário, devem ser a bússola que nos orienta em direção às bem-aventuranças, que acarretam compromissos inalienáveis com a justiça preconizada nos Evangelhos. Assim a espiritualidade inaciana, que deve sinalizar nosso carisma institucional, deve fazer com que acolhamos em nós, em primeiro plano, uma atitude permanente de abertura, cultivo e aprendizado mútuo, em convívio fecundo com a diversidade mística e religiosa e na prática concreta do diálogo inter-religioso e intercultural, sempre reforçando os nossos compromissos inalienáveis com a promoção da justiça.

- a. O nosso caminho para Deus é o do reconhecimento da diversidade e da liberdade de opções. Neste sentido, pessoas que seguem, em sua vida pessoal, outras crenças religiosas ou opções místicas e/ou espirituais diversas, quando são chamadas a integrar nossas equipes, podem representar enriquecimento especial na equipe com contribuições valiosas para o cumprimento de nossa Missão.
- b. Devem ser oportunizadas ofertas eventuais de Exercícios Espirituais Inacianos, para integrantes das equipes dos Centros e Obras sociais da Rede de PJSA, que os buscarem. Sempre que possível, será proporcionada formação na espiritualidade inaciana para as mesmas equipes.

24. OS POBRES, OS DESCARTADOS E OS VULNERÁVEIS EM SUA DIGNIDADE:

A Constituição brasileira (1988) foi fruto de importantes avanços na garantia dos direitos humanos e sociais expressos nas diversas políticas públicas, em diferentes esferas da vida. Trata-se de conquistas arduamente realizadas por parte da sociedade civil organizada. Mesmo tendo sido circunstancialmente efetivadas na diminuição da pobreza e vislumbres de melhora na equidade social, pela mão de governos de origem popular e democrática, não se logrou a permanência estrutural dessas conquistas e dessas políticas no aparelho estatal. Os governos, chamados progressistas, foram contraditórios em suas práticas causando um radical retrocesso com a ascensão de governantes ultraliberais que vêm imprimindo verdadeiros desmontes dos direitos constitucionalmente adquiridos. Tanto no contexto histórico, quanto no contexto atual, os mais afetados por esses retrocessos sempre foram e são as populações mais pobres, os descartados e aqueles que são os mais vulneráveis em sua dignidade.

25. É importante cultivarmos a consciência de que o que acontece no Brasil deve ser visto no horizonte amplo da globalização da indiferença que prevalece sobre a globalização da solidariedade, penalizando os pobres, descartados do mundo e vulneráveis em sua dignidade. A profunda crise provocada pela financeirização e o domínio das grandes corporações e oligarquias econômicas, no contexto contemporâneo, enfraqueceu, no Brasil como também em muitos outros países, a capacidade do Estado em responder às demandas das maiorias empobrecidas da sociedade brasileira, fazendo aumentar a exclusão e a violação aos seus direitos básicos e fundamentais. Somente as organizações da sociedade civil e os movimentos populares serão capazes de garantir novas dinâmicas sociais que favoreçam a construção de alternativas ao sistema político e econômico predominante. Lembremos, neste sentido, os Encontros do Papa Francisco com os Movimentos Populares.

Com este foco percebemos a consonância entre as principais pautas reivindicadas por tais movimento sociais em relação às diferentes áreas de atuação e de incidência dentro das quais, há décadas, nossas obras e

centros sociais vêm se dedicando. Isto nos faz reforçar a atenção em nossa agenda estratégica:

a. Participação e incidência na agendas políticas públicas:

- I. Na Assistência Social:** A luta pelo fortalecimento da política de Assistência Social deve ser uma constante no cenário brasileiro. A partir da Constituição de 1988 aconteceu a formalização de um avanço promissor, com a concepção da Assistência Social por meio do tripé da Seguridade Social, com as políticas de Saúde e as políticas da Previdência social, responsáveis, em seu conjunto, por garantir a proteção social a todos(as) cidadãos e cidadãs. Apesar de severos indícios de retrocessos recentes em termos republicanos, o nosso país deixou de ser, definitivamente, uma “terra de ninguém” na esfera social. Já não se pode cultivar a ideia de que tudo está por fazer ou de que tudo o que se faça vem muitas vezes manchado por apadrinhamentos espúrios. Todavia existe um longo caminho a percorrer para que a barreira do assistencialismo seja ultrapassada e a Assistência Social se consolide como garantia dos direitos e da cidadania plena.
- II. Em outros Conselhos Nacionais de políticas públicas:** A nossa presença discernida, em colaboração, nos conselhos nacionais de políticas públicas como o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conselho Nacional de Igualdade Racial, entre outros, assim como em seus homólogos a níveis estaduais e municipais, deve ser garantida, quando pertinente, e alinhada às pautas de defesa dos direitos dos mais vulnerabilizados em nossa sociedade e ao cuidado da Casa Comum.
- III. Nos espaços estratégicos do cenário legislativo, executivo e judiciário:** Da mesma forma, somos convidados a participar, acompanhar, monitorar e contribuir em pautas estratégicas que permeiam os três poderes, por meio da participação ativa, quando pertinente, em suas comissões, frentes parlamentares e grupos de trabalho levando à frente a defesa da Justiça Socioambiental sob a perspectiva da Ecologia Integral.

b. Economias solidárias e alternativas: Constata-se uma sensibilidade crescente com relação à busca de formas alternativas de economia, trabalho e emprego, que visam a superação da pobreza. Há um incremento de novas tecnologias sociais na área da organização do trabalho e geração de renda. As iniciativas de economia solidária e, também, de organizações cooperativas mostram resultados crescentes em diferentes contextos. Formas criativas e inovadoras de tecnologias aplicadas ao mundo do trabalho, com perspectivas de populares, de autogestão e de solidariedade devem ser estimuladas. Trata-se de um processo que, com de múltiplas formas, revela a retomada, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, do prazer, da autonomia e do protagonismo historicamente perdidos frente ao mundo do trabalho, estabelecendo novas *relações de trabalho*. Nesse sentido, devemos estar atentos e auxiliar uma integração entre os esforços já desenvolvidos há décadas por movimentos sociais, arranjos comunitários, e, muitas vezes, com apoio de nossas próprias obras sociais, em sintonia com o legado e as propostas oriundas da chamada *Economia de Francisco e Clara*. Existem muitos espaços em nossas frentes apostólicas que podem ser potencializados para iniciativas neste sentido.

c. Contribuição no processo de educação das relações étnico-raciais:

A pauta das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e da política de ações afirmativas de reconhecimento cidadão dos afrodescendentes e dos integrantes dos povos indígenas (originários) é um forte apelo para nossas frentes de ação apostólica. Ainda que saibamos de todos os esforços no aperfeiçoamento da legislação, as injustiças estruturais e históricas, sobretudo, a grande dívida social em relação aos afrodescendentes e aos povos indígenas (originários) perduram e se somam às situações de extrema pobreza e discriminações vigentes. A grande presença de obras educacionais da Província dos Jesuítas do Brasil sugere o impacto significativo que elas podem desempenhar pela inovação e pelo aperfeiçoamento desta política e do necessário empoderamento dos sujeitos envolvidos. Precisamos estar muito atentos para não sermos reprodutores do racismo estrutural que marca a nossa sociedade. As nossas instituições precisam ser particularmente vigilantes

frente ao racismo institucional (reprodutor do racismo estrutural), que muitas vezes vigora de uma forma sutil e natural, em nosso meio.

- d. Contribuição no movimento de afirmação das mulheres e das pessoas homoafetivas:** As políticas públicas estão avançando (Lei 11340/2006) em termos de coibir a violência contra as mulheres. No entanto, o não reconhecimento do real papel das mulheres, que sempre viveram uma condição de subalternidade em nossa sociedade, continua ocorrendo de modo incisivo e generalizado. Este quadro é mais marcante quando se trata das mulheres pobres e negras ou indígenas. É necessária uma reflexão profunda sobre o seu papel e sua relevância na sociedade, denunciando as discriminações oriundas de um machismo estrutural. Estas reflexões devem nascer no seio de nossas próprias instituições. Da mesma forma, é necessária uma reflexão mais ampla sobre a questão do gênero dentro de um modelo de sociedade machista e homofóbico, que continua vivamente manifesto. Devemos, nos aproximar, entender e aliar também às agendas e demandas do movimento LGBTQI+ em suas diferentes ramificações, dentro e fora da Igreja, a fim de combater qualquer tipo de racismo, xenofobia, homofobia ou outras discriminações.
- e. Contribuição no serviço aos refugiados e às vítimas de deslocamentos forçados:** Os refugiados foram definidos pelo Pe. Pedro Arrupe como “os pobres entre os pobres”. Entram na categoria dos “descartados do mundo” e, em geral, “vulneráveis em sua dignidade”. Nós somos um país que convive com muitos deslocamentos populacionais e processos de migração internos. Temos fortes marcas regionalistas. Não estamos livres de manifestações xenofóbicas, no que diz respeito à relação com estrangeiros. A nossa sociedade é estruturalmente marcada pelo racismo e preconceito. Nos últimos anos foi incrementado na Província do **Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)**, que vem desenvolvendo, de forma consistente, a sua missão de “*promover e proteger a dignidade e os direitos de migrantes e refugiados vulneráveis no Brasil, acompanhando seu processo de inclusão e autonomia, incidindo na sociedade e poder público, para que reconheçam a riqueza da diversidade humana*”. São importantes, nesta frente apostólica, as múltiplas

parcerias estabelecidas e o trabalho em rede com outras entidades da Igreja e da sociedade civil. Para a ampliação e continuidade efetiva deste nosso compromisso, é fundamental uma preparação séria de pessoas atuam nessa frente.

- f. **Diálogos Inter-religiosos:** Como perspectiva transversal de trabalho em todas as agendas estratégicas supracitadas devemos proceder sempre na defesa do convívio harmônico, respeitoso e complementar entre as diferentes crenças, assumindo uma postura de entusiastas na complementação e no enriquecimento que as diferentes expressões religiosas, espirituais e espiritualistas podem aportar de contribuições, umas às outras. Acima de tudo, devemos ser energeticamente contra qualquer tipo de discriminação e preconceito e, neste sentido, devemos ter atenção especial às religiões de matrizes africanas que, ao longo de toda a história do Brasil foram sistematicamente subjugadas, invisibilizadas, ameaçadas e perseguidas, apesar de representarem uma das mais genuínas e originárias expressões de fé da nossa nação.

26. **ACOMPANHAR OS JOVENS NA CRIAÇÃO DE UM FUTURO DE ESPERANÇA:**

Nós somos desafiados, também, enquanto BRA, no sentido de termos uma incidência maior junto às juventudes. Trata-se de ampliar nossa presença entre os(as) jovens e abrir nossas casas a eles(as), aprendendo deles(as) a melhor maneira de servi-los(as). A maioria de nossas frentes apostólicas tem como público principal a população jovem. Em termos de PJSA, a grande questão que se coloca é: Quais devem ser as nossas contribuições para que os jovens tenham reais condições de despertar para a criação de um futuro de esperança? As juventudes são um desafio ímpar para toda a BRA: **1)** Pela amplitude da problemática, em si, vivida pelos(as) jovens, nos dias de hoje; **2)** Pelo grande número de jovens que estão, diariamente, presentes nas diferentes presenças apostólicas da Companhia de Jesus no Brasil. O Marco PJSA se reporta, nesta frente desafiadora, às orientações do Marco Orientador do **Programa MAGIS Brasil (MAGIS)**, no que tange ao trabalho com os jovens e às orientações da **Fundação Fé e Alegria (FyA)**, em seu trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes.

- a. O **Programa MAGIS Brasil** é ação apostólica da Província, visando articular, conectar e animar uma rede inaciana de jovens pelo país. **MAGIS Brasil** tem como missão oferecer aos jovens, experiências, formação e acompanhamento baseados no serviço da fé e na promoção da justiça, formando homens e mulheres para os demais.
- b. As Unidades de **Fé e Alegria (FyA)** estão em seu conjunto voltadas, sobretudo, para uma atenção integral a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Entendemos que se trata de um foco diretamente alinhado com a busca de despertar do protagonismo dos jovens, assim acompanhados desde a sua infância e adolescência. Diversas obras sociais dentro da rede jesuíta têm também este foco.

27. COLABORAR NO CUIDADO DA CASA COMUM: Mesmo que a sensibilidade pelas temáticas ambientais, em especial sobre a amazônica, esteja cada vez mais perceptível, ela continua, em grande parte, sucumbindo num mar cinzento de indiferença e ambição. É necessário um trabalho vigoroso de despertar das consciências, de “amazonizar”, sobretudo, por meio da educação, no sentido de demonstrar que este cuidado está efetivamente associado com a permanência da vida e a sobrevivência do planeta. Somos convocados a sermos agentes do redirecionamento das relações do ser humano com os dons da criação e a sermos agentes do bem comum em suas expressões mais vivas e problemáticas, que são a água e a terra. E, sobretudo, ao assumirmos a Ecologia Integral como o caminho para a construção de relações justas e indissociáveis entre natureza, sociedade, economia, política e cultura. Devemos, acima de tudo, colocar-nos ao lado das populações que vivem no campo e na floresta, assumindo como nossas, suas lutas e reivindicações pelo direito de ser e de existir em seus territórios. Dentro deste quesito que aponta a quarta Preferência Apostólica Universal, o **Marco PISA** coloca em destaque dois grandes vetores:

- a. A importância da Educação Socioambiental e da promoção de práticas de gestão e de vida sustentáveis, amparados no paradigma da Ecologia Integral. Temos a convicção, retomando o Papa Francisco, que *“uma Ecologia Integral não se dá por satisfeita com ajustes de questões técnicas ou com decisões políticas, jurídicas e sociais. A grande ecologia*

sempre inclui um aspecto educativo, que provoca o desenvolvimento de novos hábitos nas pessoas e nos grupos humanos” (QA, 58).

b. A Preferência Apostólica Amazônia (PAAM) da Província, conta com um Delegado do Provincial estabelecido com a dupla função: **1)** Articular e dinamizar os Núcleos Apostólicos presentes em territórios amazônicos com atenção à especificidade da presença jesuíta naquele contexto cultural; **2)** Ajudar a avivar a consciência amazônica em todas as frentes apostólicas da Província.

28. A PARCERIA COM O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI):

A Província do Brasil, para se manter fiel ao compromisso histórico da Companhia de Jesus com os povos indígenas, optou por estabelecer parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Visa-se garantir a presença de religiosos jesuítas da Província nos serviços do CIMI, auxiliar na divulgação das lutas em defesa dos direitos dos povos indígenas e acompanhar o panorama legislativo sobre os direitos destes povos e suas lutas, com foco nas possibilidades de incidência política. Tudo isto juntamente com a manutenção testemunhal da presença direta junto a populações originárias, caracterizando a nossa missão indígena.

29. TRABALHO EM REDE JUNTO À COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT):

Apesar de não haver formalização institucional para tal, estamos também atentos sempre, em termos de alinhamento estratégico, a nossas possibilidades de colaboração e trabalho em rede junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), no que concerne às reivindicações por direitos das populações rurais no Brasil.

30. O SERVIÇO JESUÍTA PAN-AMAZÔNICO DA CPAL (SJPAM), A REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM), O PROCESSO PÓS-SINODAL DO SÍNODO DA AMAZÔNIA E A CONFERÊNCIA ECLESIAL DA AMAZÔNIA (CEAMA):

A Preferência Apostólica Amazônia da Província do Brasil (PAAM) trabalha em profunda referência e amparo na relação com o Serviço Jesuíta Pan-Amazônico criado pela Conferência dos Provinciais da América Latina e Caribe (CPAL), a Rede Eclesial Pan Amazônica (REPAM), a Conferência Eclesial

da Amazônia (CEAMA), articulando-se dinamicamente com todo o processo Pós-Sinodal do Sínodo da Amazônia (2019).

31. O Fórum Socioambiental de Mudanças Climáticas (FSMC)⁶:

A defesa da Casa Comum, que em nosso Marco de Orientação ganha especial atenção para a Amazônia, amplia-se para a defesa de todos os biomas do Brasil, seus territórios, sua biodiversidade e suas populações originárias e neste contexto nos alinhamos com o Fórum Socioambiental de Mudanças Climáticas e suas inserções, ações, projetos, defesas e denúncias em cada território que se faz presente.

VIII. FUNCIONAMENTO DA REDE DE PJSA

32. A Rede de Promoção da Justiça Socioambiental da Província do Brasil **(Rede de PJSA)** está organizada por diferentes instâncias e presenças

apostólicas buscando imprimir, de forma harmônica, por meio de metodologias e ritmos diversos, uma mesma orientação de ação de incidência promotora de Justiça Socioambiental no nível da produção do conhecimento, no nível da tomada de decisões na sociedade e no nível da vida concreta cotidiana. Busca-se trabalhar cada uma das agendas estratégicas acima citadas, respeitando a peculiaridades de cada instância e presença. As instâncias são as seguintes:

a. Centros Sociais de Assessoramento, Pesquisa, Formação, Publicação e Incidência impulsionadores da Rede:

- CBFJ - Centro Burnier de Fé e Justiça (Cuiabá, MT);
- CAC - Centro Alternativo de Cultura (Belém, PA);
- CEAS - Centro de Estudos e Ação Social (Salvador, BA);
- CEPAT - Centro de Promoção de Agentes de Transformação (Curitiba, PR);
- SARES - Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (Manaus, AM).

⁶ O CBFJ, o SARES e o OLMA, enquanto representantes de toda Rede de PJSA, vêm consolidando ampla interação com o FSMC.

b. Obras Sociais de Atenção, Formação e Promoção de Públicos Específicos:

- CEAP - Centro de Estudos e Apoio Pedagógico (Salvador, BA);
- CCIAS - Centro Jesuíta de Cidadania e Ação Social (Cascavel, PR);
- CSF - Centro Santa Fé (São Paulo, SP);
- CSPA - Centro Social Pedro Arrupe (Teresina, PI);
- MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Anchieta, ES);
- OCA - Oficinas Culturais Anchieta (Embu das Artes, SP);
- OSJD - Obra Social Júlia Devoto (Feira de Santana, BA).

c. Redes de Atenção, Formação e Promoção de Públicos Específicos:

- FYA - Fundação Fé e Alegria no Brasil: <https://fealegria.org.br/>
- MAGIS - Programa MAGIS Brasil: <https://magisbrasil.com/>
- SJMR - Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados: <https://sjmrbrasil.org/>

d. Centros, Núcleos, Institutos e Iniciativas de Justiça Socioambiental em outras frentes apostólicas:

O Centro de Cidadania e Ação Social (CCIAS), Unisinos (São Leopoldo-RS), a Pro-Reitoria Comunitária e de Extensão, Unicap (Recife, PE), os Institutos Humanitas das Universidades, como IHU da Unisinos www.ihu.unisinos.br e IHU da Unicap www.unicap.br/ihu, o Núcleo Interdisciplinar do Meio Ambiente (NIMA) www.nima.puc-rio.br e a Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários da PUC-Rio (Rio de Janeiro-RJ), os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Unisinos e da Unicap, o OTRR - Observatório Transdisciplinar das Religiões de Recife (OTRR), Unicap (Recife, PE), o Programa de Ações Sociais e de Extensão do Centro Universitário FEI São Bernardo do Campo (SP), a Pro-Reitoria de Extensão da Escola Superior de Direito Dom Helder Câmara (ESDDH) (Belo Horizonte, MG), a Diretoria de Assuntos Comunitários e Pastorais da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE (Belo Horizonte, MG) a missão indígena em articulação com o CIMI, além de múltiplas outras iniciativas socioambientais em nível nas diversas unidades da Rede de Educação Básica (RJE), das Paróquias, dos Centros de Cultura e Espiritualidade e outras presenças apostólicas.

e. OLMA: Observatório Nacional de Justiça Socioambiental

Luciano Mendes de Almeida, (Brasília, DF) <https://olma.org.br/>

Trata-se de um “Observatório em Rede,” um núcleo articulador e apoiador das instituições e iniciativas dinamizadoras da Rede de Promoção da Justiça Socioambiental. Está centrado na agenda estratégica derivada do marco conceitual de Justiça Socioambiental, articulando-se por meio das seguintes áreas temáticas transversais: Amazônia e Povos Tradicionais, Diálogo Inter-religioso, Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Popular, Economia Solidária, Políticas Públicas, Gênero, Juventudes, Migrantes e Refugiados.

- A orientação básica permanente está no zelo por afinar, entre todas as instituições partícipes da Rede, o conceito de Justiça Socioambiental ressaltando as três dimensões ou vetores temáticos (*reconhecimento do outro; compromisso no combate contra as desigualdades sociais; cuidado ambiental*) e os três níveis ou posições estratégicas de incidência (produção e difusão do conhecimento; participação cidadã ativa e ação junto às tomadas de decisão na sociedade; vida testemunhal no cotidiano).
- As instâncias consultivas de orientação do Observatório são: o Conselho Nacional de Coordenação, constituído por representantes da Rede, o Coletivo dos Coordenadores dos Centros Sociais e convidados especiais.
- A concepção primordial é de que todas as instituições inseridas na Rede de PJSA são o “Observatório em Rede”.
- Desta forma, agendas estratégicas, dimensões ou vetores temáticos da Justiça Socioambiental e níveis ou posições estratégicas de incidência, observando os modos de proceder, organizam-se em três grandes pilares, dentro do OLMA: **a)** Articulação em redes internas e externas; **b)** Incidência nos três níveis ou “posições estratégicas”; **c)** Sistematização, produção e publicização de conhecimentos e informações pertinentes.

33. MODALIDADES DE AÇÃO NA REDE de PJSA: Na Promoção da Justiça Socioambiental, em suas três dimensões ou vetores temáticos (*reconhecimento do outro; compromisso no combate contra as desigualdades sociais; cuidado ambiental*), sempre considerando a busca da incidência nos

três níveis ou “lugares estratégicos” (*produção e difusão do conhecimento; participação cidadã ativa e ação junto às tomadas de decisões na sociedade; vida testemunhal no cotidiano*), as ações abrangem as seguintes modalidades:

- a. Vivência da Espiritualidade Inaciana, na perspectiva dos Exercícios Espirituais inacianos, do discernimento e do cultivo do diálogo inter-religioso;
- b. Desenvolvimento de pesquisas, estudos e reflexões;
- c. Desenvolvimento de publicações, comunicação e divulgação;
- d. Formação e educação política e cidadã (educação popular) e respectiva facilitação de apoios teórico-metodológicos;
- e. Participação incidente na criação e cultivo de políticas públicas efetivas, ajudando a promover mecanismos de participação social e de controle no exercício concreto da democracia;
- f. Aplicação da educação popular enquanto metodologia transversal predominante de nosso modo de proceder em rede, valorizando saberes e práticas que surgem por meio de diferentes culturas, povos e realidade;
- g. Assistência social (*atendimentos, assessoramentos, defesa e garantia de direitos*), na perspectiva da proteção e emancipação social.

IX. PALAVRAS FINAIS: UM DESAFIO CONJUNTURAL COM LEGADO ESTRUTURAL

34. A pandemia da Covid-19, que foi referida no início deste texto, retorna agora no final para a formulação de um desafio especial para a execução e desempenho deste Marco PISA: *A nossa expectativa é que tenhamos aprendido a lição da pandemia. Que a humanidade tenha aprendido a lição. Não podemos voltar a fazer as mesmas coisas e da mesma maneira. Estas são algumas expectativas que muitas vezes foram explicitadas.*

35. É necessário que nos empenhemos para propor que a economia esteja a serviço das necessidades básicas de todos os seres humanos e de sua qualidade de vida, bem como conserve os dons da criação e não

continue comprometendo mortalmente a natureza. Que haja condições de cuidado para a garantia da vida digna para todos e todas. Ou seja, que a economia, a política e a sociedade se reinventem: **1)** Buscando dar conta de nova organização garantidora da sustentação e sobrevivência das maiorias empobrecidas e desprovidas de condições mínimas de vida digna, decorrente do modelo econômico pré-existente e colocado radicalmente em cheque pela própria pandemia. **2)** Promovendo uma reviravolta tecnológica de regeneração do ambiente natural que freie o processo acelerado de aquecimento global e gere formas de cultivo e de produção seguras e sustentáveis. **3)** Criando condições para estancar a escala mortífera da concentração da renda e para que os processos de trabalho possam favorecer sempre mais condições de vida baseadas no “bem viver” testemunhado pelos povos tradicionais originários, no solo em que nós vivemos.

36. Neste sentido, mesmo assumindo agendas estratégicas relativamente diversificadas, não devemos desvincular a nossa reflexão e a nossa prática das questões centrais que estruturam as desigualdades sociais do Brasil. Devemos ser afirmativos e propositivos na construção de incidências que sejam verdadeiramente transformadoras das estruturas vigentes, não gastando os nossos recursos e esforços apenas em combates paliativos frente às consequências do sistema econômico e social vigente. Neste sentido, a descentralização da posse sobre a terra, a taxação sobre as grandes fortunas, a democratização dos meios de comunicação hegemônicos, a garantia de uma renda mínima universal e a consolidação de um aparato estatal mínimo que garanta saúde, educação, trabalho e assistência social para toda a população nacional, devem unir-se ao nosso posicionamento de combate a qualquer forma de preconceito e discriminação em prol de uma cultura do reconhecimento e do cuidado, na busca da Justiça Socioambiental.

37. Em suma, levemos a sério as nossas incidências nos três níveis aqui propostos: produção do conhecimento; luta por instaurar gestões mais adequadas; testemunho dentro da singeleza de nosso cotidiano. Estejamos sempre orientados, nesses três níveis de incidência, pela busca da Justiça

Socioambiental, por meio do reconhecimento radical da dignidade humana, do compromisso por combater as desigualdades sociais e do cuidado com os dons da criação. Ao longo da pandemia, este apelo recebeu uma nova chamada para estarmos vigilantes em não permitir que as lições dela sejam esquecidas.

X. REFERÊNCIAS

Antoncich, Ricardo, SJ. (2004). Apostolado Social: setor e dimensão apostólica. (Coleção CPAL) Rio de Janeiro: CPAL, 2004.

Arrupe, Pe. Pedro, SJ (1966). Carta sobre o Apostolado Social na América Latina. In: *Acta Romana* 14, pp. 794-795.

Celam. (2007). Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB / São Paulo: Editora Paulinas / São Paulo: Editora Paulus (1ª edição, 2008; 18ª reimpressão, 2019).

Companhia de Jesus - Província dos Jesuítas do Brasil (2021). Promoção da Justiça Socioambiental - Marco de Orientação. 2ª Edição reformulada e atualizada. São Paulo: Editora Loyola.

Companhia de Jesus - CG-32. (1975). Decretos 32ª Congregação Geral. Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier Ltda.

Companhia de Jesus - CG-34. (1995). Decretos da 34ª Congregação Geral. São Paulo: Editora Loyola.

Companhia de Jesus - CG-35. (2008). Decretos da 35ª Congregação Geral. São Paulo: Editora Loyola.

Companhia de Jesus - CG-36. (2016). Decretos da 36ª Congregação Geral. São Paulo: Editora Loyola (1ª edição, 2017).

Francisco, Papa - FT. (2020). Carta *Encíclica Fratelli Tutti* sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Carta Encíclica do Papa Francisco. Documentos Pontifícios - 44. Brasília: Edições CNBB.

Francisco, Papa - EG. (2013). *Evangelii Gaudium* - A Alegria do Evangelho; sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Exortação Apostólica do Papa Francisco. Documentos Pontifícios - 17. Brasília: Edições CNBB.

Francisco, Papa - LS. (2015). Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum. Documentos Pontifícios - 22. Brasília: Edições CNBB.

Francisco, Papa - QA. (2020). Querida Amazônia. Exortação Apostólica do Papa Francisco ao Povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade, a partir do Sínodo da Amazônia. Documentos Pontifícios - 43. Brasília: Edições CNBB.

Janssens, João Batista. (1949) Instrução sobre o Apostolado Social. In: Pastoral Popular - Fundamentação Inaciana. São Paulo: Editora Loyola, 1991, pp.85-112.

O CUIDADO PELA VIDA É O MELHOR CAMINHO PARA A ECONOMIA

EM TUDO AMAR E SERVIR



JESUÍTAS BRASIL



JESUÍTAS BRASIL

Rua Bambina, 115 | Botafogo
CEP 22251-050 | Rio de Janeiro - RJ | Brasil
Tel. +55 21 3622-0236

www.jesuitasbrasil.org.br